

Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração dos fluxos de caixa (método direto)	11
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais	13

Relatório da Administração

(em milhares de reais)

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Desempenho Financeiro

Em 2024 o número de beneficiários atingiu 460.515, redução de 3.793 em relação a 2023. Atualmente a carteira é composta por clientes empresariais (76,8%), individuais (13,1%) e PME's (10,1%).

A receita operacional líquida (ROL) totalizou R\$116.415 em 2024 (R\$115.315 em 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações Líquidas (nota 18)	124.931	123.413
Cancelamentos (nota 18)	(3.804)	(3.424)
Tributos (nota 18)	(4.712)	(4.674)
ROL	116.415	115.315

As despesas assistenciais tiveram uma redução de 3,5% em 2024 totalizando R\$51.981 (R\$53.839 em 2023). O índice de sinistralidade (despesas assistenciais dividida pela ROL) foi de 44,7% em 2024 (46,7% em 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Corresponsabilidade cedida (nota 18)	(14.588)	(14.516)
Eventos conhecidos ou avisados (nota 19)	(37.174)	(38.986)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(219)	(337)
Custo de serviços	(51.981)	(53.839)

A geração de caixa operacional, medida pelo critério do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) líquida da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA), atingiu R\$34.078 em 2024 (R\$29.401 em 2023). A margem (LAJIDA dividido pela ROL) foi de 29,3% em 2024 (25,5% em 2023).

O lucro da Companhia foi de R\$24.412 em 2024 (R\$22.909 em 2023).

Distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% calculados sobre o lucro líquido anual passível de distribuição.

Negócios sociais

O BB Dental Social é um produto social, cuja iniciativa da BrasilDental visa levar saúde bucal para crianças em vulnerabilidade social, realizado em parceria com a Fundação BB e a FENABB, por meio do Programa AABB Comunidade | Educação para o futuro. 586 crianças foram beneficiadas com mais de 1.000 tratamentos realizados no ano de 2024.

Fatos que influenciaram no desempenho

O desempenho comercial ficou abaixo do esperado/orçado, tendo sido compensado pela redução da inadimplência e PDD, além do controle efetivo da despesa administrativa escalável.

Perspectivas e planos da Administração para 2025

As principais iniciativas da Administração para o ano de 2025 são gestão de sinistralidade e inadimplência em todas as linhas de negócio, acompanhado do aumento de ticket médio e receita operacional, visando a manutenção do resultado da Companhia.

Acordos de acionistas

A Companhia é uma Controlada em Conjunto, com a Odontoprev S.A. (25% de participação) junto com a BB Seguros Participações S.A. (75% de participação), para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) 517/2022 da ANS, a Companhia detém um contrato de compartilhamento de risco, junto à rede credenciada da Odontoprev S.A para atendimento aos seus beneficiários.

Conforme o artigo 32º, capítulo VI do Estatuto, a Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e ao Presidente das assembleias gerais e das reuniões do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das S.A.

Auditoria Independente

A Brasildental contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para o serviço de auditoria das demonstrações financeiras de 2024, cujos honorários totalizam o valor de R\$162 mil.

Barueri, 25 de fevereiro de 2025.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Balço patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		36.480	35.537
Disponível	5	1.224	1.118
Realizável		35.256	34.419
Aplicações Financeiras	6	28.991	27.688
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		7.837	7.195
Aplicações Livres		21.154	20.493
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	5.321	4.150
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		5.321	4.150
Despesas Diferidas	12.2	328	136
Créditos Tributários e Previdenciários	8	80	304
Bens e Títulos a Receber	9	509	2.066
Despesas Antecipadas		27	75
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.220	1.069
Realizável a Longo Prazo		1.176	770
Ativo Fiscal Diferido	10	1.176	770
Imobilizado	11	42	299
Intangível		2	-
TOTAL DO ATIVO		37.700	36.606

Balço patrimonial

(em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE		20.666	18.745
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		11.148	10.360
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	12.2	7.695	6.529
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	12.2	3.453	3.831
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		5.381	4.880
Contraprestações / Prêmios a Restituir		4	5
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		288	528
Comercialização sobre Operações		743	7
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	13	4.346	4.340
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	1.786	927
Débitos Diversos	15	2.351	2.578
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		369	308
Provisões		369	308
Provisões para Ações Judiciais	16	369	308
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.665	17.553
Capital social	17.1	9.500	9.500
Reservas		7.165	8.053
Reservas de lucros	17.2	7.165	8.053
TOTAL DO PASSIVO		37.700	36.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	101.827	100.799
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		106.539	105.473
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.712)	(4.674)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(36.796)	(38.833)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	19	(37.174)	(38.986)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	12.2 e 19	378	153
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		65.031	61.966
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	20	5	1.543
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(3.277)	(4.001)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(219)	(337)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.058)	(3.664)
RESULTADO BRUTO		61.759	59.508
Despesas de Comercialização		(6.244)	(5.662)
Despesas Administrativas	21	(21.245)	(22.330)
Resultado Financeiro Líquido	22	2.494	3.919
Receitas Financeiras		3.311	5.374
Despesas Financeiras		(817)	(1.455)
Resultado Patrimonial		(65)	1
Receitas Patrimoniais		-	3
Despesas Patrimoniais		(65)	(2)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		36.699	35.436
Imposto de renda e contribuição social		(12.498)	(12.030)
Imposto de Renda	23	(9.472)	(8.787)
Contribuição Social	23	(3.432)	(3.176)
Impostos Diferidos	23	406	(67)
Participações sobre o Lucro		211	(497)
RESULTADO LÍQUIDO		24.412	22.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.412	22.909
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	24.412	22.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

(em milhares de reais)

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	120.517	120.067
Resgate de aplicações financeiras	90.966	94.910
Recebimentos de juros de aplicações financeiras (nota 6)	3.159	4.504
Outros recebimentos operacionais	1.174	2.732
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(51.756)	(53.365)
Pagamentos de comissões	(5.699)	(5.586)
Pagamentos de pessoal	(2.276)	(2.548)
Pagamentos de pró-labore	(948)	(1.324)
Pagamentos de serviços de terceiros	(15.192)	(13.810)
Pagamentos de tributos	(17.493)	(19.044)
Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(93)	(406)
Pagamentos de aluguel	(6)	(6)
Pagamentos de promoção/publicidade	(433)	(1.059)
Aplicações financeiras	(92.927)	(78.010)
Outros pagamentos operacionais	(2.848)	(13.947)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.145	33.108
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de ativo imobilizado - outros	152	60
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	-	(250)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível	(2)	-
CAIXA (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	150	(190)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de participação nos resultados	(889)	(439)
Outros pagamentos das atividades de financiamento	(25.300)	(34.000)
REDUÇÃO DE CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(26.189)	(34.439)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	106	(1.521)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	1.118	2.639
Saldo final	1.224	1.118
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	106	(1.521)
Ativos livres no início do exercício	21.611	37.251
Ativos livres no final do exercício	22.378	21.611
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	767	(15.640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
31 DE DEZEMBRO DE 2022	9.500	1.900	10.244	7.000	-	28.644
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.909	22.909
Proposta de destinação do lucro:	17.3	-	(4.091)	(7.000)	(22.909)	(34.000)
Dividendo adicional aprovado na AGO	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Dividendos intermediários	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	909	-	(909)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2023	9.500	1.900	6.153	-	-	17.553
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.412	24.412
Proposta de destinação do lucro:	17.3	-	(888)	-	(24.412)	(25.300)
Dividendo adicional aprovado na AGO	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(20.800)	(20.800)
Dividendos intermediários	-	-	(4.500)	-	-	(4.500)
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	3.612	-	(3.612)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2024	9.500	1.900	5.265	-	-	16.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Araguaia, 2104, 19º andar, conjunto 194 A, Alphaville Industrial – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 12 de março de 2014, tendo obtido registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 14 de julho de 2014.

A Companhia possui como acionistas a Odontoprev S.A. (Odontoprev) e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), com 25% e 75% de participação, respectivamente. O controle acionário é conjunto.

Mediante contrato de associação entre BB Seguros, BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A (BB Corretora), Banco do Brasil (BB) e Odontoprev, há o objetivo de, por meio da Brasildental, desenvolver e divulgar, e, por meio da BB Corretora, distribuir e comercializar planos odontológicos sob a marca BB Dental, com exclusividade em todos os canais BB no território nacional. A Odontoprev Serviços Ltda. (Controlada da Odontoprev) é responsável pelo suporte à operação de planos odontológicos da Brasildental, o que compreende atendimento via *call center* e pós venda, desenho de produtos e planos, assessoria jurídica, suporte regulatório e para operações financeiras, contábeis, tecnologia e relatórios gerenciais.

O atendimento aos beneficiários da Brasildental junto à rede credenciada da Odontoprev é suportado por contrato de compartilhamento de risco, de acordo com a RN 517/2022 da ANS e atualizações.

A Brasildental enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário de acordo com a RN nº 531 de 02 de maio de 2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 25 de fevereiro de 2025.

2. Descrição das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS.

A Administração declara também que estas demonstrações financeiras estão sendo elaboradas seguindo a premissa de continuidade de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional) e tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Ativo circulante**2.3.1 Classificação****(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)**

Caixa corresponde às disponibilidades que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez mantidos para atender a compromissos de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

De acordo com a norma CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo através do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a Companhia pode, no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração (descasamentos contábeis).

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado da Companhia são classificados dessa forma visto que não são aprovados no teste de SPPI (“*Solely Payments of Principal and. Inertes*”) de acordo com as orientações do CPC 48. Para esses ativos, a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos Financeiros ao custo amortizado (Recebíveis)

São ativos financeiros mantidos pela Companhia a fim de receber fluxos de caixa contratuais que representam o pagamento de principal e juros. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante).

(d) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida a conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente, pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação destas mensurações de acordo com o nível hierárquico destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.3.4 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

O *impairment* de ativos financeiros garante que os ativos estão adequadamente refletidos no balanço patrimonial de forma que seja reconhecido e provisionado adequadamente perdas esperadas de crédito e reflita seu valor justo e sua capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento histórico da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

As demais classes de ativos financeiros classificadas a custo amortizado não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.3.5 Despesas de comercialização diferidas (DCD)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, são valores reconhecidos a título de agenciamento e comissões nos contratos coletivos e individuais, mensais e anuais apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses.

2.4 Ativos e Passivos Não Circulante**2.4.1 Realizável a longo prazo****(a) Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) diferidos – ativo**

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 10).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas/realizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

2.4.2 Imobilizado (uso próprio)

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos no resultado.

2.5 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.6 Contratos de planos de assistência odontológica: TAP - Teste de Adequação dos Passivos (*LAT - Liability Adequacy Test*)

A Companhia emite contratos de assistência odontológica nos quais assume riscos, os quais incluem a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, na forma da regulação vigente, depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

O último teste foi realizado na data base de 31 de dezembro de 2024 de acordo com os segmentos de negócios da Companhia. Os fluxos foram projetados no horizonte de oito anos adotando premissas em consonância com as exigências da Resolução Normativa nº 528/2022. E, conforme exposto na Nota Técnica do TAP, não apresentou insuficiência ao considerar o somatório dos fluxos de todos os tipos de contratação na data de sua realização, logo, não houve necessidade de ajustes nas provisões constituídas e/ou constituição de provisões técnicas adicionais.

As premissas adotadas correspondem as detalhadas a seguir:

Carteira de Beneficiários

- Tábua biométrica: considerada a Tábuas de Mortalidade BR-EMS, conforme definido em regulamentação. Ademais, foi elaborado um cenário complementar com base na tábua de permanência da BBDental.
- Inclusões: não foram consideradas novas entradas, baseando-se em um cenário de *run-off*.

Contraprestações Pecuniárias

- Reajuste das Contraprestações: para a projeção das contraprestações pecuniárias individuais/familiares considerou-se como premissa o IPCA projetado pelo BACEN para os próximos 12 meses, correspondente a 5,08%. Para a projeção dos planos coletivos, considerou-se a média dos reajustes aplicados aos contratos coletivos nos últimos 5 anos, por tipo de contratação, obtidos através do “Painel de Reajustes de Planos Coletivos”. Estimou-se o percentual de 3,74% para os planos coletivos empresariais e 3,20% para os planos coletivos por adesão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Receitas Médias:** valor médio por tipo de contratação refletido na base de dados na competência dezembro de 2024 e ajustado pela informação contábil, correspondente a R\$ 55,26 para os planos individuais/familiares, R\$ 17,62 para os planos coletivos empresariais e R\$ 21,47 para os planos coletivos por adesão.
- **Tributos:** relação entre o total de tributos diretos de operações de assistência à saúde e as receitas de contraprestações de 12 meses, com base nos balancetes contábeis referentes ao ano de 2024, correspondente a 3,89%.

Despesas Assistenciais

- **Sinistralidade:** para a projeção das despesas assistenciais considerou-se a sinistralidade observada nos últimos 12 meses por tipo de contratação, correspondente a 31,36% para os planos individuais/familiares, 46,56% para os planos coletivos empresariais e 171,20% para os planos coletivos por adesão.
- **Fluxos de avisos e pagamentos:** para a projeção específica dos sinistros ocorridos foram considerados os fluxos de avisos e pagamento refletidos na base de dados gerencial.

Despesas não Assistenciais

- **Administrativas:** considerada a média da relação entre as despesas administrativas e as contraprestações efetivas nos últimos 12 meses, correspondente a 17,93%.
- **Comerciais:** considerada a média da relação entre as despesas comerciais e as contraprestações em pré-pagamento nos 12 meses, correspondente a 5,16%

Ressalta-se que a Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev, responsável pelo atendimento dos beneficiários. Neste contexto, o pagamento da rede credenciada é feito pela Odontoprev, justificando o registro da PESL nesta empresa. Portanto, na Brasildental o custo da transferência de risco é registrado em “eventos conhecidos prestados por rede indireta”, e a taxa de administração em “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência odontológica - com preço pré-estabelecido”, em contrapartida ao passivo contabilizado em “intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido”.

Considerando as premissas supramencionadas e a metodologia detalhada na nota técnica, obteve-se o valor presente dos fluxos descontados. Nesta análise identificou-se que, na totalidade, houve suficiência do resultado projetado. Ao analisar por tipo de contratação identifica-se insuficiência no fluxo dos contratos coletivos por adesão, em função da alta sinistralidade deste grupo, sendo este compensado pelos resultados positivos dos demais grupos.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a insuficiência observada nos contratos de adesão é relativamente pequena diante do fluxo total analisado, não refletindo em grandes riscos futuros para a solvência da Companhia:

Contratação	VPL Total Cenário 1	VPL Total Cenário 2
Adesão	(364)	(339)
Empresarial	29.797	27.875
Individual	87.988	75.676
Total	117.420	103.212

Por fim, a análise frente às provisões atualmente constituídas e às mensalidades futuras estimadas demonstrou que a Brasildental apresentou suficiência no TAP, não sendo identificada a possibilidade de constituição de provisões adicionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

A Companhia constitui mensalmente no passivo circulante:

- (i) **Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG):** calculada “*pro rata die*” com base nas contraprestações emitidas de contratos pré-estabelecidos, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 12.2).
- (ii) **Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA):** estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não foram registrados contabilmente pela Companhia (nota 12.2). O cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de “*run off*”), que consideram o período de experiência de eventos avisados nos últimos 18 meses.

2.8 Tributos e encargos sociais a recolher

- (i) **IRPJ e CSLL:** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 14 e 23). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado (notas 14 e 23).
- (ii) **Demais obrigações federais:** composta, principalmente, por Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 4,0% respectivamente, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos (notas 14 e 18).
- (iii) **Obrigações municipais:** corresponde a Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída a alíquotas que variam de 2% a 5% (notas 14 e 18).
- (iv) **Obrigações sociais:** encargos sociais a recolher, contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (nota 14).

2.9 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos e comissões, que são em sua maioria liquidados mensalmente e reconhecidos pela competência à medida que são emitidas as faturas.

2.10 Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde

A Brasildental mantém contrato de risco cedido com a Odontoprev a qual é responsável pelo atendimento dos beneficiários da operadora, sendo que os eventos conhecidos são contabilizados na Odontoprev, observando-se a data de conhecimento e eventuais glosas. O pagamento aos prestadores de serviços de assistência odontológica (rede credenciada de atendimento da Odontoprev formalizada por contrato desta com os prestadores de serviços), é realizado pela Odontoprev, motivo pelo qual o registro da PESL é mantido nessa empresa.

Na Brasildental, o custo de transferência de risco decorrente do atendimento odontológico de seus beneficiários pela Odontoprev é registrada no resultado em “eventos conhecidos prestados por rede indireta” e a taxa de administração é registrada em “contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência a odontológica - com preço pré-estabelecido” (notas 18 e 19) em contrapartida ao passivo “intercâmbio a pagar de corresponsabilidade cedida - preço pós-estabelecido”,

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de acordo com o anexo I – Normas Gerais, item 6.2.2 da RN 517/2022 e atualizações. A Odontoprev informa mensalmente à Companhia os atendimentos dos beneficiários e custos incorridos.

2.11 Débitos diversos

Incluem-se obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios que são classificados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados no passivo não circulante.

Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários), fornecedores de serviços e bens, adiantamentos de clientes, e contas a pagar (nota 15).

2.12 Provisões para ações judiciais (contingências)

A Companhia avalia suas contingências de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 16).

Os processos perante a ANS, aos órgãos de proteção ao consumidor e aos órgãos de classe, seguem a mesma regra de provisionamento acima, onde apenas os processos estimados como “perdas prováveis”, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores e na complexidade da causa, são provisionados 100% dos valores envolvidos.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras por serem considerados obrigações legais, e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 17.1).

2.14 Reconhecimento das receitas**(a) Contraprestações líquidas**

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de pré-estabelecido apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura (nota 18). As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura de risco ainda não decorrido bem como os contratos cujo a vigência do risco já tenha sido iniciado, estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.7 e 12.2).

(b) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 22).

2.15 Despesas assistenciais

As despesas assistenciais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, junto à conta “contraprestações de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

corresponsabilidade cedida de assistência à saúde”, considerando contrato de compartilhamento de risco existente firmado com a Odontoprev (nota 2.10). Tal contrato garante o atendimento odontológico aos beneficiários da Brasildental, pela Odontoprev, junto a rede credenciada e/ou mediante livre escolha de profissionais (nota 1).

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Brasildental é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, desde que não pago, é mantido no patrimônio líquido na conta “dividendo adicional proposto” até a sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO) (nota 17.3).

2.17 Normas e interpretações emitidas não vigentes**IFRS 18/2024**

O IASB - *International Accounting Standards Board* emitiu a IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras em 09 de abril de 2024. Esta norma inclui requisitos para todas as entidades que aplicam as IFRS para a apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras e substituirá a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, aplicando-se a um período de relatório anual com início em ou após 01 de janeiro de 2027. A ANS ainda não aprovou esta norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo os impactos de suas revisões reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação do valor justo das aplicações financeiras (nota 6), (ii) avaliação da provisão para perdas sobre créditos (nota 7) e (iii) provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12.2).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

4.1 Fatores de risco financeiro**4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)**

Advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia adota a política de aplicação em fundos de curto prazo obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conformidade com a RN 521/2022 alterada pela RN 601/2024 da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia está exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, a Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, conforme destacado no quadro a seguir:

	31/12/2024	
	SELIC (a.a) ¹	Fundos de investimentos
Aplicações		28.991
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:		Rentabilidade esperada
Provável	14,75%	4.276
Queda 2,0 p.p.	12,75%	3.696
Queda 3,0 p.p.	11,75%	3.406
Elevação 2,0 p.p.	16,75%	4.856
Elevação 3,0 p.p.	17,75%	5.146

¹Baseada no relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil

Os investimentos em fundos são classificados como nível hierárquico 2 (metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado (nota 2.3.3)).

A Companhia adotou em sua avaliação os percentuais 2,0 p.p e 3,0 p.p levando em conta a variação da taxa Selic nos últimos 12 meses e considera razoável a exposição de suas aplicações a esta variação.

	31/12/2024		31/12/2023		Ratings das instituições financeiras		
	Valor justo	Rendimento médio % CDI	Valor justo	Rendimento médio % CDI	Fitch	Moody's	S&P
					LP	LP	LP
Títulos Públicos Governo Brasileiro	28.991	93,3%	27.688	95,7%	BB	Ba2	BB
	28.991		27.688				

4.1.2 Risco de crédito

Advém de a possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das aplicações financeiras e contraprestações (notas 6 e 7). A Companhia apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.3.4) e monitora periodicamente o nível de suas contas a receber e das instituições financeiras onde mantém suas aplicações.

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez visa monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-estabelecido, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Trata-se de ativos e passivos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação. O modelo de negócio da Brasildental é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: pré-estabelecido, taxa mensal *per capita*;

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência - rede credenciada, livre escolha, unidades de atendimento próprias e consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente;

Modelo de adesão: integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano;

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima;

Fatores moderadores de utilização: coparticipação e carências;

Honorários: remunerações para os profissionais da rede credenciada, reembolso de livre escolha e clínicas próprias; e

Material odontológico: valor acrescido à contraprestação de risco e destinado às despesas com material odontológico do programa de fidelidade dos profissionais da rede credenciada.

A flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores dos materiais odontológicos.

Para gerenciar o risco de subscrição, a Companhia mantém contrato com a Odontoprev Serviços Ltda., a qual possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, bem como possui departamentos especializados que atuam na estimação das provisões técnicas e na precificação dos planos odontológicos.

Os contratos coletivos possuem cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação, conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir seu equilíbrio financeiro.

4.3 Riscos legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 12.1).

4.4 Risco operacional

O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas), bem como os eventos externos.

A Companhia possui um conjunto de normas, processos e estruturas organizacionais para gerenciar o risco operacional, incluindo Auditoria Interna; departamentos de segunda linha de defesa; segregação de funções em atividades e processos; limitações de autoridade por alçadas; segurança lógica nos sistemas computacionais; canais de comunicação para recepção de denúncias; plano de continuidade do negócio; seguros contratados para coberturas dos prédios, máquinas, móveis, utensílios e instalações, veículos, lucros cessantes e responsabilidade civil de administradores e diretores.

5. Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1.075	99
Numerários em trânsito ¹	149	1.019
	1.224	1.118

¹ Recebimentos de clientes a serem transferidos por instituições financeiras, bem como valores monetários em confirmação.

6. Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Movimentação das aplicações financeiras - Valor justo através do resultado

	Garantidoras de provisões técnicas	Livres	Total
Saldo em 31/12/2022	6.499	34.612	41.111
Aplicações	-	77.930	77.930
(-) Resgates	(124)	(95.733)	(95.857)
Rendimentos	820	3.684	4.504
Saldo em 31/12/2023	7.195	20.493	27.688
Aplicações	-	92.927	92.927
(-) Resgates	(112)	(94.671)	(94.783)
Rendimentos	754	2.405	3.159
Saldo em 31/12/2024	7.837	21.154	28.991

Aplicações garantidoras de provisões técnicas: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa dedicado ANS em garantia ao saldo integral da PEONA, mensurados com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM).

Aplicações livres: cotas do fundo de investimentos aberto de renda fixa BB Institucional RF mensurados com base em dados divulgados pela instituição financeira, administrada pela BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), sendo classificadas no ativo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (contraprestações pecuniárias a receber)

	31/12/2024	31/12/2023
Coletivo	1.863	730
Individual	3.433	3.420
Contraprestações pecuniárias	5.296	4.150
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	25	-
Total de créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.321	4.150
Faturas, notas de débito, operadoras e seguros	6.893	5.697
Provisão para perdas sobre créditos	(1.572)	(1.547)
Total de créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.321	4.150

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	2.040	3.226
Vencidos:		
Até 30 dias	1.233	921
De 31 a 60 dias	880	466
De 61 a 90 dias	818	356
Acima de 91 dias	1.922	728
Total de vencidos	4.853	2.471
Total a vencer e vencidos	6.893	5.697
Provisão para perdas sobre créditos	(1.572)	(1.547)
Total	5.321	4.150

8. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	31	31
IRPJ	1	22
CSLL	48	47
PIS e COFINS ¹	-	164
Outros	-	40
	80	304

¹ Movimentação reflete que o saldo foi integralmente utilizado para compensação dentro do próprio exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Bens e títulos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	84	66
Adiantamentos a fornecedores ¹	102	270
TSS a recuperar ²	-	1.723
Demais créditos a receber	323	7
	509	2.066

¹Refere-se a valores pagos antecipados de prestação de serviços de tecnologia - manutenção do legado (BBS), sistema que gerencia os produtos de seguridade da Brasildental.

²Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária).

10. Ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social)

	Expectativa de realização	Nota	31/12/2023	Efeito no resultado	31/12/2024
Diferenças temporárias					
Provisão para perda sobre créditos	até 12 meses	7	525	9	534
Provisões para ações judiciais	após 12 meses	16	105	20	125
Provisão para participações nos resultados	até 12 meses	-	138	(49)	89
Provisões diversas	até 12 meses	-	2	426	428
IRPJ/CSLL diferidos			770	406	1.176
Imposto de renda diferido (IRPJ)			544	321	865
Contribuição social diferida (CSLL)			226	85	311
IRPJ/CSLL diferidos			770	406	1.176

11. Imobilizado (uso próprio)

	Movimentação imobilizado							Taxa anual de depreciação (%)
	31/12/2023	Baixas	Depreciações/Amortizações	31/12/2024	Custo de aquisição	Depreciações/Amortizações	Saldo contábil, líquido	
Equipos. de computação	53	-	(27)	26	121	(95)	26	20
Veículos	229	(217)	(12)	-	-	-	-	20
Máquinas e equipamentos	2	-	-	2	5	(3)	2	10
Móveis e utensílios	15	-	(1)	14	66	(52)	14	10
Imobilizado	299	(217)	(40)	42	192	(150)	42	

12. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN 569/2022.

12.1 Recursos próprios mínimos

(a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital de referência.

- (b) O capital baseado em riscos (CBR) é a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.
- (c) Capital Regulatório (CR) é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital
- (d) O risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.
- (e) O risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- (f) O risco operacional é a medida de incerteza que compreende os riscos relacionados aos procedimentos internos (perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas).
- (g) O risco legal é a medida de incerteza relacionada a falta de um completo embasamento legal; é o risco de não cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.
- (h) O risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais preços de commodities e preços de imóveis.

Cálculo PMA, PLA, MS e S		
	31/12/2024	31/12/2023
Capital de referência	11.702	11.227
(x) Fator K ¹	3,23%	3,23%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	378	363
Patrimônio líquido contábil	16.665	17.553
Despesas de comercialização diferidas	(328)	(136)
Despesas antecipadas	(27)	(75)
Intangível	(2)	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	16.308	17.342
Capital Baseado em Risco (CBR)²	12.650	12.561
Suficiência exigida (PLA ANS - CBR)	3.658	4.781

¹Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário e região 1 conforme anexo RN 569/2022.

²O valor do CBR considera a utilização dos fatores reduzidos, nos termos do que fora definido no art. 6º da RN 569/2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Movimentação das despesas diferidas e provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	DCD	PPCNG	PEONA
Saldo em 31/12/2022	261	6.597	3.984
Constituição	380	119.921	-
Apropriação	(505)	(119.989)	-
Varição de PEONA (nota 19)	-	-	(153)
Saldo em 31/12/2023	136	6.529	3.831
Constituição	2.344	122.293	-
Apropriação	(2.152)	(121.127)	-
Varição de PEONA (nota 19)	-	-	(378)
Saldo em 31/12/2024	328	7.695	3.453

13. Operadoras de planos de assistência à saúde

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	4.340	4.203
Corresponsabilidade cedida (nota 18)	14.588	14.516
Eventos conhecidos ou avisados (nota 19)	37.174	38.986
Eventos pagos	(51.756)	(53.365)
Saldo final	4.346	4.340

14. Tributos e encargos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a pagar¹	1.281	287
IRPJ	916	187
CSLL	365	100
Demais obrigações federais	386	389
COFINS	186	142
PIS	26	19
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	35	37
IRRF	66	93
Encargos a recolher (obrigações sociais)	73	98
Obrigações fiscais municipais	119	251
	1.786	927

¹Impactado pelo aumento do lucro antes dos impostos, causado basicamente pelo aumento das Receitas com operações de assistência a saúde (nota 18), redução dos Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos (nota 19) e Resultdo financeiro líquido (nota 22).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Débitos diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a identificar¹	115	272
Cobranças antecipadas	-	132
Salários, férias e honorários	499	927
Fornecedores de bens e serviços	1.333	1.125
Odontoprev Serviços (nota 24)	726	735
Outros	607	390
Adiantamentos de clientes	-	91
Outros	404	31
	2.351	2.578

¹Correspondem a valores recebidos de clientes ainda não identificados e que não ultrapassam o período de 365 dias.

16. Provisões para ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, os valores relativos a perda provável na Companhia totalizaram: (i) R\$27 - 05 processos cíveis (R\$15 - 01 processo em 2023) e (ii) R\$342 - 04 processos administrativos (R\$293 - 04 processos em 2023).

Os processos relativos à perda possível, em 31 de dezembro de 2024, são:

(a) Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 02 processos judiciais fiscais (03 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$1.046 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2023), os quais não são provisionados.

(b) Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos trabalhistas cuja probabilidade de perda é possível (01 em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$69).

(c) Cível e Administrativo

(i) Cível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 31 processos judiciais de natureza cível (22 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$314 (R\$432 em 31 de dezembro de 23), os quais não são provisionados.

(ii) Administrativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 05 processos administrativos no âmbito da ANS (05 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda é possível, no montante de R\$239 (R\$292 em 31 de dezembro de 2023), por supostas infrações regulatórias que são objeto de discussão, os quais não são provisionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

	31/12/2024	31/12/2023
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	9.500	9.500
Número de ações, sem valor nominal (qtd. ações)	380.000	380.000
Ações ordinárias	190.000	190.000
Ações preferenciais	190.000	190.000
Preço de emissão (R\$/ação)	25,00	25,00

17.2 Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	1.900	1.900
Reserva de retenção de lucros	5.265	6.153
	7.165	8.053

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Limite de constituição da Reserva legal

Capital social	9.500
(%) Limite de constituição	20
Limite reserva legal	1.900

Movimentação da Reserva legal

31 de dezembro de 2023	1.900
Constituição em 2024	-
31 de dezembro de 2024	1.900

Reserva de retenção de lucros: constituída nos termos da Lei 6.404/1976 após destinação da reserva legal e dividendos obrigatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.3 Distribuição do resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	24.412	22.909
(%) Percentual dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto	50	50
Dividendo mínimo obrigatório	12.206	11.455
Dividendos intercalares pagos	20.800	22.000
Excedente ao mínimo obrigatório	(8.594)	(10.546)
Dividendo mínimo obrigatório	12.206	11.455
Destinação:		
Constituição reserva de retenção de lucros	(3.612)	(909)

18. Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	124.931	123.413
Corresponsabilidade cedida (nota 13)	(14.588)	(14.516)
Contraprestações canceladas ou restituídas	(3.804)	(3.424)
Receitas com operações de assistência a saúde/contraprestações líquidas	106.539	105.473
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(4.712)	(4.674)
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de planos de assistência à saúde	101.827	100.799

19. Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Eventos conhecidos ou avisados (nota 13)	(37.174)	(38.986)
Variação da PEONA (nota 12.2)	378	153
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos	(36.796)	(38.833)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
TSS a recuperar ¹	-	1.096
Provisão ISS ²	-	440
Outras receitas	5	7
	5	1.543

¹ Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária).

² Em julho de 2023, ocorreu a reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como inconstitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$440, e "Outras Despesas Financeiras", em R\$108, e efeito no Lucro Líquido de R\$548.

21. Despesas administrativas

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(3.872)	(4.925)
Serviços terceiros ¹	(15.103)	(13.932)
Localização e funcionamento	(1.554)	(2.383)
Publicidade e propaganda	(407)	(898)
Taxas e tributos	(222)	(84)
Depreciações e amortizações	(40)	(68)
Outras	(47)	(40)
	(21.245)	(22.330)

¹ Refere-se, principalmente, a prestação de serviços da Odontoprev Serviços (nota 24).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro líquido

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	3.159	4.504
Atualização Monetária - TSS a recuperar ¹	-	627
Outras receitas financeiras	152	243
Receitas financeiras	3.311	5.374
Tarifas bancárias	(527)	(248)
Outras despesas financeiras ²	(290)	(1.207)
Despesas financeiras	(817)	(1.455)
	2.494	3.919

¹ Em agosto de 2023, houve reconhecimento da recuperação dos valores pagos da taxa de saúde suplementar - TSS com efeito nas linhas de: "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde" (R\$1.096 - valor principal), "receita financeira" (R\$627 - atualização monetária).

² Em julho de 2023, ocorreu a reversão de provisões relativas ao ISS referente a valores arrecadados nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 incidentes pelo local do tomador, de acordo com a Lei Complementar 157 que foi suspensa logo depois pela ADI 5835, tendo sido esta julgada como inconstitucional, com efeito nas linhas de "Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde", em R\$440, e "Outras Despesas Financeiras", em R\$108, e efeito no Lucro Líquido de R\$548.

23. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	36.910	34.939
Alíquota vigente (%)	34	34
Expectativa de despesas de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(12.549)	(11.879)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:		
Provisão / (reversão) para perdas sobre créditos	(9)	51
Brindes	(6)	(23)
Provisão / (reversão) para ações judiciais	(20)	(29)
Outras	(320)	(83)
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(12.904)	(11.963)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	406	(67)
Despesa de IRPJ e CSLL total	(12.498)	(12.030)
Alíquota efetiva	33,9%	34,4%

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Operações da Companhia com suas partes relacionadas	Classificação Natureza	31/12/2024		31/12/2023		Exercício findo em 31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
		Odontoprev/Serviços	Vendas de Bens e Serviços Assessoria comercial	717	-	735	-	10.104	-
Brasildental	Despesas Serviços administrativos	-	726	-	744	-	(10.206)	-	(9.890)
Odontoprev	Planos odontológicos Corresponsabilidade assumida/cedida	4.346	-	4.331	-	51.762	-	53.502	-
Odontoprev	Outras receitas operacionais Receitas de assistência à saúde	9	-	9	-	102	-	118	-
Brasildental	Planos odontológicos Corresponsabilidade assumida/cedida	-	4.346	-	4.331	-	(51.762)	-	(53.502)
Odontoprev	Outras contas a receber Contingências cíveis.	10	-	-	-	-	-	-	-
Brasildental	Outras contas a pagar Contingências cíveis.	-	10	-	-	-	-	-	-
Total		5.082	5.082	5.075	5.075	61.968	(61.968)	63.392	(63.392)

A Companhia mantém operações com empresas dos grupos Banco do Brasil e Bradesco, nos quais estão incluídas as acionistas da Companhia BB Seguros e Odontoprev respectivamente, conforme demonstradas a seguir:

Empresas relacionadas com o Banco do Brasil	Classificação Natureza	31/12/2024		31/12/2023		Exercício findo em 31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Receita	Despesa
		Banco do Brasil S.A.	Conta corrente	1.075	-	99	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Aplicação financeira	28.991	-	27.688	-	3.159	-	4.504	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Despesas de Comissões Custo de aquisição	365	-	-	-	-	(1.819)	-	(4.954)
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Despesas antecipadas	24	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Provisões técnicas Prêmios/contraprestações não ganhas	-	169	-	-	-	-	-	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Comercialização sobre operações Comissões e agenciamentos	-	560	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Comercialização sobre operações Comissões e agenciamentos	-	173	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Administração de contas	-	69	-	-	-	(398)	-	(493)
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Força de vendas	-	634	-	-	-	(3.595)	-	(3.266)
Bb Seguros Participações S.A.	Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Contraprestações Planos odontológicos	-	-	-	-	29.661	-	31.313	-
BB Corretora de Seguros e Administração de Bens S.A.	Contraprestações Abatimento Concedido	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Banco do Brasil S.A.	Despesas administrativas Contribuição patronal	-	-	-	-	-	-	-	(32)
Banco do Brasil S.A.	Despesas Financeiras Tarifa bancária	-	-	-	-	-	(527)	-	(107)
Pessoal-chave da administração	Contraprestações Planos odontológicos	-	-	-	-	2.859	-	-	-
		30.455	1.605	27.787	27.787	35.679	(6.339)	35.815	(8.852)
Empresas relacionadas com Banco Bradesco									
Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica - funcionários	-	-	-	-	-	(308)	-	(399)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida - funcionários	-	-	-	-	-	(7)	-	(8)
		-	-	-	-	-	(315)	-	(407)

25. Remuneração da Administração

A remuneração aos Administradores é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa encontra-se relacionado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício findo em	
	31/12/2024	31/12/2023
Diretoria Estatutária	201	966
Pró-labore	163	693
Benefícios	38	150
Bônus	-	123
Conselho de Administração	750	604
Pró-labore	750	604
	951	1.570

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações de seu capital social.

26. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	24.412	22.909
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa das atividades operacionais:		
Provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)	1.166	(68)
Variação da provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	(378)	(153)
Alienação de ativo não circulante e outros	65	(2)
Depreciações e amortizações	40	68
Variações monetárias, líquidas	37	(649)
Provisões para ações judiciais	8	467
Provisão para perdas sobre créditos	3.058	3.664
Imposto de renda e contribuição social	12.498	12.030
	40.906	38.266
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado	(1.303)	13.423
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (clientes)	(4.229)	(4.736)
Despesas de comercialização diferidas	(192)	125
Créditos tributários e previdenciários	224	(39)
Bens e títulos a receber	1.557	(1.907)
Despesas antecipadas	48	(73)
Realizável a longo prazo (não circulante)	13	881
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Débitos de operações de assistência à saúde	501	140
Tributos a recolher (obrigações fiscais)	(135)	(447)
Débitos diversos	(227)	321
Exigível a longo prazo (passivo não circulante)	3	(477)
	37.166	45.477
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.910)	(12.808)
AUMENTO DE CAIXA GERADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.256	32.669

27. Eventos subsequentes

Lei Complementar 214 de 16 de janeiro de 2025

Em 16 de janeiro de 2025 foi instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a nível estadual/municipal e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) a nível federal, unificando, a partir de 2033, cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins — em uma cobrança única. A Companhia está se planejando para avaliar os impactos e ações necessárias desta norma.